



PROTOCOLO - PMPK  
Nº 008864/2021

26/04/2021  
15:39:26

- CONTROLADORIA GERAL

ENCAMINHA OFICIO CGM/PK Nº 152/2021

Chave de Consulta - 31988035432021

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**CONTROLADORIA GERAL**

008864/2021  
02/04

Ofício CGM/PK nº 152/2021

**URGENTE**

Presidente Kennedy/ES, 26 de abril de 2021.

A Sra.

**ALESSANDRA DAS NEVES LIMA**

Secretaria Municipal de Saúde

Município de Presidente Kennedy

Considerando Memorando Circular expedido pela Divisão de Contabilidade, no qual cientifica esta Controladoria Geral da ausência de envio do Parecer do Conselho de Fiscalização, nos termos do art. 34 a 37 da Lei Federal 141/2012.

Considerando que o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (PCFSAU), é documento integrante da Prestação de Contas Anual - PCA de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, cuja data de envio para o TCEES foi em 30/03/2021, e que sua ausência de tal documento na remessa da PCA, acarretará em sérios transtornos, dentre os quais citamos, o bloqueio de todas as funcionalidades para a remessa das demais obrigações perante do TCEES, bem como aplicação de multa ao gestor, nos termos do art. 28 e seguintes da IN 68/2020.

Considerando ainda que, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Decreto de Encerramento de Exercício, o envio do mencionado Parecer do Conselho de Fiscalização, cuja data expirou em 29/01/2021.

Por fim, considerando os termos da Lei Municipal nº 1.356/2017, cada Unidade Gestora desconcentrada, possui a competência para produção de atos e distribuição de decisões e execuções administrativas, responsabilidade esta, inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado, nos limites definidos na presente lei.

Assim, por estas razões e considerando as atribuições legais conferidas a esta Controladoria Geral do Município – CGM (Lei Municipal nº 1.076/2013), a Controladora Geral, visando resguardar os atos de gestão acerca de possíveis apontamentos pelos órgãos de controle externo, nos moldes do art. 5º, da Lei Municipal nº 1.076/2013, vem **Notificar** a V. Sra. para:

Página 1 de 2

Edifício Santo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CONTROLADORIA GERAL**

- a) que imediatamente notifique o Conselho Municipal de Saúde, a fim de que apresente o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (PCFSAU);
- b) que nos encaminhe no prazo de 24(vinte e quatro) horas, manifestação/comprovação das medidas adotadas enquanto Gestora da SEMUS, junto ao Conselho Municipal de Saúde visando a emissão do Parecer do Conselho de Fiscalização.

Valemo-nos do ensejo para ratificar-lhe protesto da mais alta estima e respeitosa consideração.

Atenciosamente,

**Edilene Paz dos Santos**  
Controladora Geral  
Município de Presidente Kennedy







PROTOCOLO - PMPK  
Nº 008610/2021

22/04/2021  
08:28:28

00000101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL-EXERCÍCIO 2020

ENNEDY

Chave de Consulta - 31962353722021

Presidente Kennedy-ES, 20 de Abril de 2021.

Memorando Circular

C SECRETARIA DA FAZENDA/SETOR DE CONTABILIDADE  
À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE KENNEDY – C/CÓPIA PARA SECRETARIA DE  
GOVERNO E CONTROLADORIA  
SRA. ALESSANDRA DAS NEVES LIMA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO 2020

Considerando a Instrução Normativa TC nº 68 de 08 de dezembro de 2020, que estabelece critérios para organização, composição e apresentação da prestação de contas anual, mensal, remessas de dados, entre outras informações;

Considerando que o prazo para envio da remessa dos dados da **prestação de contas anual do Prefeito**, conf. Dispõe o Art. 7º § II da IN 68 é em até 90 dias após encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal, conforme dispõe o § 1º do artigo 76 da Lei Complementar Estadual 621/2012;

Considerando que esse arquivo PCFSAU – Parecer do Conselho de Fiscalização é parte integrante da Prestação de Contas Anual de Prefeito e esse Setor de Contabilidade é responsável por organizar e enviar os arquivos referente a mesma;

Considerando o Decreto nº 78 de 27/10/2020 no art. 10 § 3º onde "A Secretaria Municipal de Saúde encaminhará ao Setor de Contabilidade/Secretaria Municipal da Fazenda até o dia 29/01/2021, o parecer do conselho de fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 34 a 37 da Lei Federal nº 141 de 2012."





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Considerando que o envio fora do prazo acarretará multa conforme previsto no art. 28 §1º da IN nº 68 de 08/12/20 para o ordenador da despesa, nesse caso, o prefeito municipal;

Considerando que já passaram mais de 90 (noventa) dias do prazo estipulado no Decreto Municipal, solicito urgentemente o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas da Saúde referente o exercício de 2020 no prazo de 03 (três) dias úteis, a fim de cumprirmos com o prazo estipulado pelo TCEES, que foi adiado para o dia 30/04/2021, tendo em vista, a Pandemia Covid-19.

Atenciosamente,

  
MARILZA M. M. DE ALMEIDA  
Contadora Municipal

  
MICHELE BAIENSE VENTURIM  
Secretária da Fazenda







Processo nº 008610/2021

Folhas nº 0460

008610/2021  
06/10

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

Lined area for document content.





Processo nº 00 8864/21

Folhas nº 07/10

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

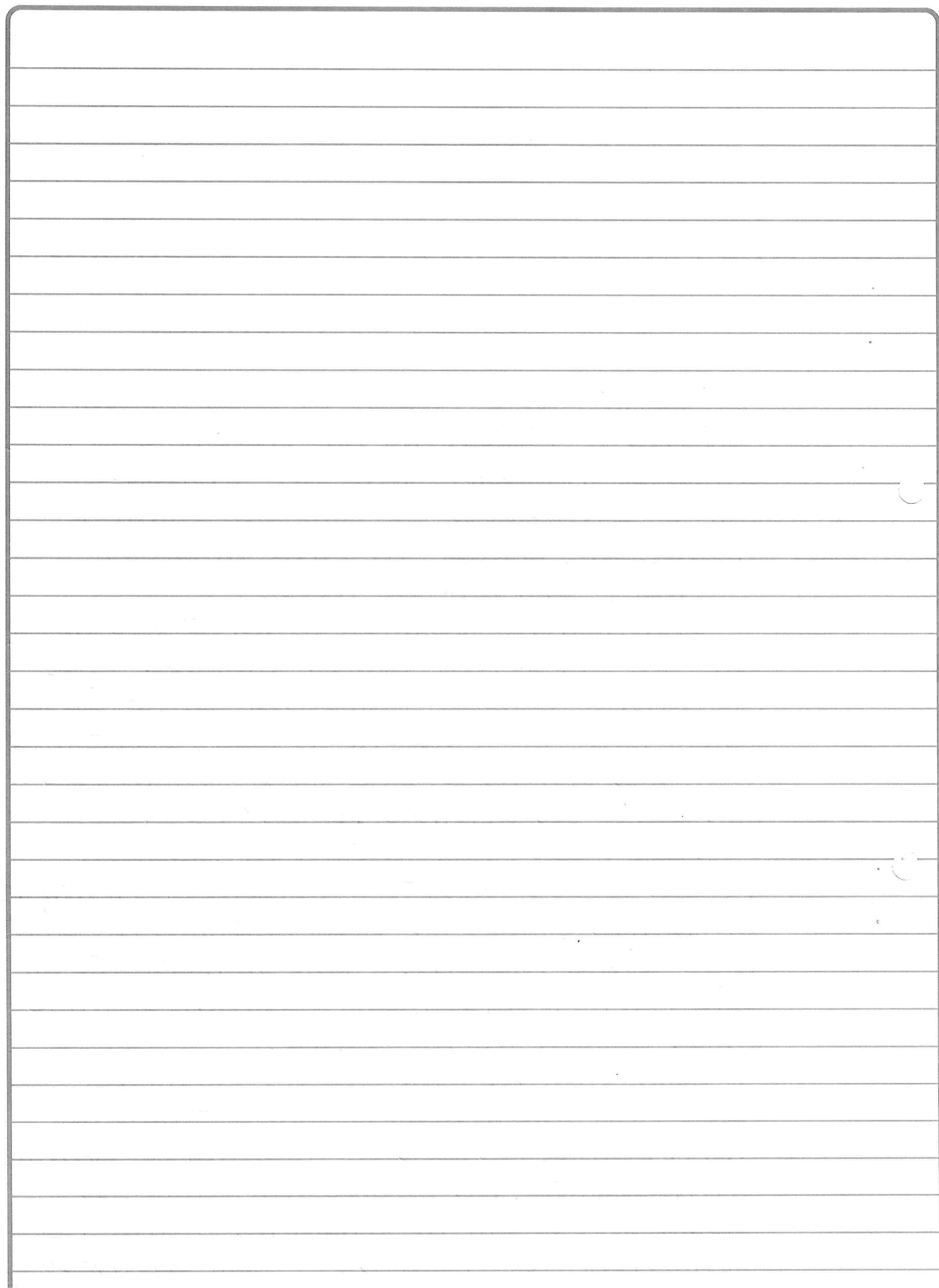
A Direção de Contabilidade.

Considerando Ofício expedido à SEMUS, visando a Notificação da Gestora para que adotasse medidas junto ao Conselho, com a finalidade de que este emita o Parecer que compõe as Peças a serem enviadas na PCA ao TCEES.

Considerando Despacho às fls. 08 da Secretária da SEMUS, no qual informa que Notificou o Conselho através do seu Presidente, para que no prazo de 48 horas apresentasse o Parecer Conclusivo, cujo prazo se encerrou na data de 29/04/2021, às fls. 09 e 10.

Deste modo, nesta data, a Secretária M. de Saúde apresentou Ofício/SEMUS nº 118/2021, no qual relata as ações adotadas pelo órgão e ao final informa o não cumprimento do Ofício/SEMUS nº 110/2021, que notificou o Conselho para apresentação do Parecer.

Assim, frente a todo exposto, Recomendo que tais informações sejam prestadas ao TCEES, uma vez que, a atuação do Conselho é independente, de caráter deliberativo e normativo, a fim de informar quanto a ausência do Parecer. Em: 30/04/2021





Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Estado do Espírito Santo

---

**DESPACHO**


A Ilma.

**Controladora Geral do Município de Presidente Kennedy**  
**Edilene Paz dos Santos**

Em atenção ao pedido feito no Ofício CGM/PK nº.152/2021 que solicita a cientificação do Conselho Municipal de Saúde, acerca do Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (PCFSAU), encaminho cópia do Ofício/SEMUS nº 110/2021 que CIENTIFICA E NOTIFICA o presidente do Conselho Municipal de Saúde, o Sr. Vinícius Goettenauer de Freitas, sobre as atribuições do referido Conselho, com comprovante de recebimento assinado pelo mesmo.

Sem mais, coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas.

Presidente Kennedy, 28 de Abril de 2021.

  
**Alessandra das Neves Lima**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES**  
**Decreto nº 31/2021**





Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Estado do Espírito Santo

09  
Edif.

**OFÍCIO/SEMUS Nº 110/2021**

Presidente Kennedy, ES. 26 de abril de 2021.

Ilmo. Senhor,  
**VINÍCIUS GOETTENAUER DE FREITAS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Prezado Senhor,

Considerando que os conselhos de saúde, regulados pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, mediam a relação entre o Estado e a sociedade, como uma das formas em que a comunidade pode participar do processo de gestão da saúde, que vai desde a definição das diretrizes até a fiscalização e aprovação dos instrumentos de planejamento no SUS;

Considerando que a legislação de organização do SUS, estabeleceu um fluxo decisório e operacional no qual as conferências propõem diretrizes para a formulação de políticas a partir da avaliação da situação de saúde, os conselhos formulam estratégias e controlam a execução das políticas, e as instâncias executivas (Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de Saúde) implementam as políticas e homologam as deliberações dos conselhos;

Considerando que os elementos que integram esse fluxo decisório, sendo: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão e pactuação interfederativa, dirigem as perspectivas dos objetivos do SUS e reflete a responsabilidade dos atores envolvidos no planejamento, gestão, monitoramento e avaliação dessa política, através de práticas integrativas, que possibilite o SUS se desenvolver orientado por seu estado situacional, ou seja, mensurando-o e acompanhando seus resultados;

Considerando que o estabelecimento de prazo no processo de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS não é uma mera indução a gestão, mas também, uma obrigação e um dever de todos os atores envolvidos; evidenciando que este processo é essencial para se dar o próximo passo no desenvolvimento da política de saúde planejada;

Considerando o Manual de Planejamento do SUS que, com base na Lei Complementar nº 141/2012, estratificou a agenda do Conselho de Saúde com foco no ciclo de planejamento abaixo:

PROVIDÊNCIAS	PRAZO LEGAL	MARCO LEGAL
Acompanhar e fiscalizar a movimentação financeira dos recursos depositados pelo Fundo Nacional de Saúde em conta especial.	Permanente	§ 3º art. 77 CF 1988; art. 33 Lei nº 8.080, de 1990; § 3º inciso III Art 7º CF EC 29, de 2000



Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Estado do Espírito Santo

Formular estratégias, controlar a execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, na instância correspondente.	Permanente	§ 2º art. 1º Lei nº 8.142, de 1990
Convocar, extraordinariamente, conferência de saúde.	A cada 4 anos ou extraordinariamente em período inferior	§ 1º art. 1º Lei nº 8.142, de 1990
Estabelecer/deliberar/definir diretrizes que deverão ser observadas nos planos de saúde.	1º ano da gestão do Executivo	Art. 37 Lei nº 8.080, de 1990; § 4º art. 30 LC nº 141, de 2012; § 3º art. 15 Decreto nº 7.508, de 2011; § 7º art. 3º PRT nº 2.135, de 2013
Avaliar e emitir parecer conclusivo sobre o Plano de Saúde.	1º ano da gestão do Executivo	§ 7º art. 3 PRT nº 2.135, de 2013
Emitir parecer conclusivo sobre a gestão do SUS por meio da análise do Relatório de Gestão da respectiva esfera.	Anualmente	Inciso III Art. 31 LC nº 141/2012; § 3º Art. 5ª PRT 2.135/2013
Avaliar, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde (.....) e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo e do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.	Maio, setembro e fevereiro	Art. 41 LC nº 141, de 2012
Avaliar e emitir parecer conclusivo sobre a Programação Anual de Saúde.	Antes da data de encaminhamento da LDO do exercício correspondente	§ 2º art. 36 LC nº 141, de 2012;/ Inciso I art. 5º PRT nº 2.135, de 2013

Considerando que o Conselho de Saúde tem a prerrogativa de avaliar e emitir parecer conclusivo sobre todos os instrumentos do planejamento da saúde: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde (PAS) e Relatório de Gestão;

Considerando que até a presente data os instrumentos de gestão informados no parágrafo anterior, referentes ao exercício de 2020, com exceção do Plano Municipal de Saúde, não foram analisados após o seu encaminhamento ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, fato que poderá comprometer a análise de gestão de 2020, até mesmo diante do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e do DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria do SUS), e o planejamento para o próximo quadriênio;





Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Estado do Espírito Santo

10 Edp

Considerando a Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, que institui o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e define sua utilização obrigatória para registro de informações e documentos relativos aos instrumentos de gestão do SUS;

Considerando o OFÍCIO/SEMUS Nº 007/2021, de 15 de janeiro de 2021, que além de outros assuntos, trata da necessidade do Conselho Municipal de Saúde acessar o sistema DIGISUS, com o perfil conselheiro, e assim emitir parecer de análise sobre o RAG - Relatório Anual de Gestão 2019, a PAS - Programação Anual de Saúde 2021, a Pactuação Interfederativa Anual 2020, que demonstra os indicadores de saúde a serem monitorados, e os relatórios trimestrais do 1º e 2º Trimestre de 2020;

Considerando o OFÍCIO/SEMUS Nº 078/2021, de 26 de março de 2021, que encaminha ao Conselho Municipal de Saúde o Relatório Anual de Gestão de 2020 para emissão de parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na referida lei complementar, nos termos do §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, e solicita o acolhimento ao pedido de inclusão de apresentação do RAG 2020 em pauta de Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, num prazo de até 15 (quinze) dias, após o recebimento do ofício;

Considerando que o §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, prediz sobre a atribuição do Conselho Municipal de Saúde analisar o Relatório Anual de Gestão e emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar;

Nos termos da Lei nº 681, de 30 de dezembro de 2005, na qualidade de autoridade sanitária municipal, competente por garantir o planejamento, a organização do Sistema Único de Saúde no Município de Presidente Kennedy, a execução e avaliação das ações e os serviços de saúde, em cumprimento a notificação da Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy, venho CIENTIFICAR E NOTIFICAR o Conselho Municipal de Saúde de Presidente Kennedy de: 1) suas atribuições e competências de participação do processo de planejamento, fiscalização e emissão de pareceres sobre os instrumentos de planejamento no SUS; 2) que no prazo de 48 horas, apresente o parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na referida lei complementar, nos termos do §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, referente à análise do Relatório Anual de Gestão de 2020; e, 3) que no prazo de 5 (cinco) dias, apresente o parecer conclusivo sobre todos os demais instrumentos de gestão, a considerar: I) PAS - Programação Anual de Saúde 2021; II) Pactuação Interfederativa Anual 2020, que demonstra os indicadores de saúde a serem monitorados; e, III) os relatórios trimestrais do 1º, 2º e 3º Trimestres de 2020.

Atenciosamente,

  
Alessandra das Neves Lima  
Secretária Municipal de Saúde

Recebi em 27/04/2







Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Estado do Espírito Santo

Processo Nº 8864/21  
Ass. JJ

**OFÍCIO/SEMUS Nº 118/2021**

Presidente Kennedy, ES. 30 de abril de 2021.

Ilma. Senhora,

**EDILENE PAZ DOZ SANTOS**

Controladora Geral do Município de Presidente Kennedy

C/C: À Contabilidade Geral do Município

**Sra. Marilza Machado Macedo de Almeida**

Contadora

Prezada Senhora,


Em decorrência da notificação da Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy, constante no Processo nº 8864/2021, que trata do parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nos termos do §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, referente à análise do Relatório Anual de Gestão de 2020; cumpri-me informa-la que até a presente data, esgotando-se o prazo notificado, o Conselho Municipal de Saúde de Presidente Kennedy não nos apresentou o objeto de interesse para envio ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

É importante ressaltar que, em 26/03/2021, conforme OFÍCIO/SEMUS Nº 078/2021, atendendo ao §1º, do Art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, encaminhei de forma física o RAG 2020 ao Conselho Municipal de Saúde de Presidente Kennedy para análise, a fim de obter o parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar. Assim, como, por meio digital, através do sistema DigiSUS, atendendo a Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, que define sua utilização obrigatória para registro de informações e documentos relativos aos instrumentos de gestão do SUS.

Este documento, tem o sentido de cientificar a Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy sobre o não atendimento do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Kennedy a notificação expedida por meio do OFÍCIO/SEMUS Nº 110/2021, de 26 de abril de 2021 e solicitar o reconhecimento de tomadas de providências essenciais para garantia da estabilidade administrativa, de gestão e do planejamento da política pública de saúde.

Segue em anexo, cópia do OFÍCIO/SEMUS Nº 110/2021.

Atenciosamente,

  
**Alessandra das Neves Lima**  
Secretária Municipal de Saúde





Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado do Espírito Santo

Processo Nº 8864/21  
Calhas 12  
Ass. [assinatura]

OFÍCIO/SEMUS Nº 110/2021

Presidente Kennedy, ES. 26 de abril de 2021.

Ilmo. Senhor,  
**VINÍCIUS GOETTENAUER DE FREITAS**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Prezado Senhor,

Considerando que os conselhos de saúde, regulados pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, mediam a relação entre o Estado e a sociedade, como uma das formas em que a comunidade pode participar do processo de gestão da saúde, que vai desde a definição das diretrizes até a fiscalização e aprovação dos instrumentos de planejamento no SUS;

Considerando que a legislação de organização do SUS, estabeleceu um fluxo decisório e operacional no qual as conferências propõem diretrizes para a formulação de políticas a partir da avaliação da situação de saúde, os conselhos formulam estratégias e controlam a execução das políticas, e as instâncias executivas (Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de Saúde) implementam as políticas e homologam as deliberações dos conselhos;

Considerando que os elementos que integram esse fluxo decisório, sendo: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão e pactuação interfederativa, dirigem as perspectivas dos objetivos do SUS e reflete a responsabilidade dos atores envolvidos no planejamento, gestão, monitoramento e avaliação dessa política, através de práticas integrativas, que possibilite o SUS se desenvolver orientado por seu estado situacional, ou seja, mensurando-o e acompanhando seus resultados;

Considerando que o estabelecimento de prazo no processo de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS não é uma mera indução a gestão, mas também, uma obrigação e um dever de todos os atores envolvidos; evidenciando que este processo é essencial para se dar o próximo passo no desenvolvimento da política de saúde planejada;

Considerando o Manual de Planejamento do SUS que, com base na Lei Complementar nº 141/2012, estratificou a agenda do Conselho de Saúde com foco no ciclo de planejamento abaixo:

PROVIDÊNCIAS	PRAZO LEGAL	MARCO LEGAL
Acompanhar e fiscalizar a movimentação financeira dos recursos depositados pelo Fundo Nacional de Saúde em conta especial.	Permanente	§ 3º art. 77 CF 1988; art. 33 Lei nº 8.080, de 1990; § 3º inciso III Art 7º CF EC 29, de 2000



Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Estado do Espírito Santo

Formular estratégias, controlar a execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, na instância correspondente.	Permanente	§ 2º art. 1º Lei nº 8.142, de 1990
Convocar, extraordinariamente, conferência de saúde.	A cada 4 anos ou extraordinariamente em período inferior	§ 1º art. 1º Lei nº 8.142, de 1990
Estabelecer/deliberar/definir diretrizes que deverão ser observadas nos planos de saúde.	1º ano da gestão do Executivo	Art. 37 Lei nº 8.080, de 1990; § 4º art. 30 LC nº 141, de 2012; § 3º art. 15 Decreto nº 7.508, de 2011; § 7º art. 3º PRT nº 2.135, de 2013
Avaliar e emitir parecer conclusivo sobre o Plano de Saúde.	1º ano da gestão do Executivo	§ 7º art. 3 PRT nº 2.135, de 2013
Emitir parecer conclusivo sobre a gestão do SUS por meio da análise do Relatório de Gestão da respectiva esfera.	Anualmente	Inciso III Art. 31 LC nº 141/2012; § 3º Art. 5ª PRT 2.135/2013
Avaliar, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde (....) e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo e do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.	Maio, setembro e fevereiro	Art. 41 LC nº 141, de 2012
Avaliar e emitir parecer conclusivo sobre a Programação Anual de Saúde.	Antes da data de encaminhamento da LDO do exercício correspondente	§ 2º art. 36 LC nº 141, de 2012;/ Inciso I art. 5º PRT nº 2.135, de 2013

Considerando que o Conselho de Saúde tem a prerrogativa de avaliar e emitir parecer conclusivo sobre todos os instrumentos do planejamento da saúde: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde (PAS) e Relatório de Gestão;

Considerando que até a presente data os instrumentos de gestão informados no parágrafo anterior, referentes ao exercício de 2020, com exceção do Plano Municipal de Saúde, não foram analisados após o seu encaminhamento ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, fato que poderá comprometer a análise de gestão de 2020, até mesmo diante do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e do DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria do SUS), e o planejamento para o próximo quadriênio;



Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Estado do Espírito Santo

Processo Nº 8864/21  
Folhas 13  
SS.

Considerando a Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, que institui o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e define sua utilização obrigatória para registro de informações e documentos relativos aos instrumentos de gestão do SUS;

Considerando o OFÍCIO/SEMUS Nº 007/2021, de 15 de janeiro de 2021, que além de outros assuntos, trata da necessidade do Conselho Municipal de Saúde acessar o sistema DIGISUS, com o perfil conselheiro, e assim emitir parecer de análise sobre o RAG - Relatório Anual de Gestão 2019, a PAS - Programação Anual de Saúde 2021, a Pactuação Interfederativa Anual 2020, que demonstra os indicadores de saúde a serem monitorados, e os relatórios trimestrais do 1º e 2º Quadrimestre de 2020;

Considerando o OFÍCIO/SEMUS Nº 078/2021, de 26 de março de 2021, que encaminha ao Conselho Municipal de Saúde o Relatório Anual de Gestão de 2020 para emissão de parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na referida lei complementar, nos termos do §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, e solicita o acolhimento ao pedido de inclusão de apresentação do RAG 2020 em pauta de Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, num prazo de até 15 (quinze) dias, após o recebimento do ofício;

Considerando que o §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, prediz sobre a atribuição do Conselho Municipal de Saúde analisar o Relatório Anual de Gestão e emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar;

Nos termos da Lei nº 681, de 30 de dezembro de 2005, na qualidade de autoridade sanitária municipal, competente por garantir o planejamento, a organização do Sistema Único de Saúde no Município de Presidente Kennedy, a execução e avaliação das ações e os serviços de saúde, em cumprimento a notificação da Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy, venho CIENTIFICAR E NOTIFICAR o Conselho Municipal de Saúde de Presidente Kennedy de: 1) suas atribuições e competências de participação do processo de planejamento, fiscalização e emissão de pareceres sobre os instrumentos de planejamento no SUS; 2) que no prazo de 48 horas, apresente o parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na referida lei complementar, nos termos do §1º, art. 36, da Lei Complementar nº 141/2012, referente à análise do Relatório Anual de Gestão de 2020; e, 3) que no prazo de 5 (cinco) dias, apresente o parecer conclusivo sobre todos os demais instrumentos de gestão, a considerar: I) PAS - Programação Anual de Saúde 2021; II) Pactuação Interfederativa Anual 2020, que demonstra os indicadores de saúde a serem monitorados; e, III) os relatórios trimestrais do 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2020.

Atenciosamente,

  
Alessandra das Neves Lima  
Secretária Municipal de Saúde

Recebi em 27/04/21  
